

O NOMINALISMO TERMINISTA DE GUILHERME DE OCKHAM E A TRÍPLICE DIVISÃO DA LINGUAGEM¹

THE TERMINIST NOMINALISM OF WILLIAM OF OCKHAM AND THE THREEFOLD DIVISION OF LANGUAGE

Francisco Ruas Neto² e Márcio Paulo Cenci³

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo foi tratar do que Guilherme de Ockham entende por Linguagem Mental. A *Lógica dos Termos* e a *Questão 12* das *Quodlibet Tertium*, da *Opera Theologica*, foram utilizadas como obras primárias para o referido estudo. A metodologia da pesquisa é a análise conceitual. Como obras secundárias, Michon, Ghisalberti, Leite e Kenny foram os comentadores mais utilizados. Para o desenvolvimento do objetivo, foi necessário retomar o problema acerca dos universais, mostrando a ligação existente entre a linguagem convencional e a linguagem mental, pela significação. A conclusão é que a teoria da linguagem de Ockham é um tipo de nominalismo terminista.

Palavras-chave: linguagem mental, significação, universais.

ABSTRACT

This paper aimed to investigate the meaning of mental language as proposed by William of Ockham. The primary sources of this research were the Sum of Logic (Summa Logicae) and Question 12 of Quodlibet Tertium in Opera Theologica. The search methodology was based on conceptual analysis. As secondary sources, Michon, Guisalberti, Leite and Kenny were the most frequently referred to commentators. To achieve the objective of this study, it was necessary to review the issue about universals by showing the connection between conventional language and mental language through significance. The conclusion is that Ockham's language theory is a kind of terminist nominalism.

Keywords: mental language, significance, universals.

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmico do Curso de Filosofia - Centro Universitário Franciscano. E-mail: xicoruas@gmail.com

³ Orientador. Docente do Curso de Filosofia - Centro Universitário Franciscano. E-mail: mpcenci@gmail.com

INTRODUÇÃO

Guilherme de Ockham, frade franciscano menor, nasceu em um pequeno vilarejo chamado Ockham, no condado de Surrey, próximo a Londres, por volta do ano 1280. Dedicou sua vida aos estudos filosóficos e teológicos em um primeiro período, mas também à elaboração de obras políticas e polêmicas acerca da crítica à infalibilidade do poder papal e da divisão entre os poderes espirituais e seculares no período posterior.

Neste artigo, assume-se como corpus para a análise os textos produzidos no primeiro período por Ockham: sua dedicação às questões filosóficas e teológicas. Um dos temas de maior repercussão nos debates universitários era o problema dos universais. Porfírio sintetiza o problema: se, a respeito da sua origem,

[...] no que se refere aos gêneros e espécies, a questão de saber se elas são realidade em si mesmas, ou apenas simples concepções do intelecto e, admitindo que sejam realidades substanciais, se são corpóreas ou incorpóreas, se, enfim, são separadas ou se apenas subsistem nos sensíveis e segundo estes [...] (1994, p. 50-51).

Nota-se que o problema era de ordem estritamente lógica, ou seja, marcado pelo modo de relacionar os conceitos lógicos com a realidade.

A retomada do problema dos universais, desde Porfírio - pelos próprios escolásticos -, feita no presente trabalho, contextualizará as razões de Ockham ser visto como integrante da corrente chamada *nominalismo* (ABBAGNANO, 1984; GILSON, 1995; KENNY, 2008; REALE; ANTISERI, 2007; SPADE, 1999). Tal retomada possibilitará a consequente delimitação do objetivo do trabalho: compreender o significado da Linguagem Mental (doravante, LM) em Guilherme de Ockham e qual a relação desta com a Linguagem Convencional (doravante, LC). E, além disso, discutir a classificação de Ockham como nominalista.

De fato, ao iniciar a pesquisa do presente trabalho, o objetivo era analisar a posição, considerada nominalista, de Guilherme de Ockham acerca da questão dos universais. Notou-se que Ockham não é melhor classificado como nominalista e, nem tampouco, um idealista ou realista, mas como um nominalista de cunho terminista. Essa posição foi defendida em função da teoria da LM, de sua existência, e como ela era formada. Assim, o objetivo assumido aqui é a análise do que é a LM e qual a sua relação com a LC.

O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS E A VISÃO OCKHAMISTA

O problema dos Universais não é uma discussão que tem início com os filósofos escolásticos, mas que já é pensada e fomenta o pensamento da Filosofia Antiga. Porfírio (1994), por exemplo, no *Isagoge*, argumenta que a origem dos universais é um problema que produz e esti-

mula o debate dos filósofos. Porém, toma frente dos debates datados entre os séculos XI a XIV, no que se refere à seguinte questão: se os universais seriam entes existentes fora da mente ou nomes que damos às coisas. Surgem, a esse respeito, quatro diferentes interpretações: I) *Realismo moderado*, com uma proposta intermediária de que o universal existe efetivamente, porém como predicado, representado por Tomás de Aquino; II) *Conceitualismo*, afirmando a existência de conceitos mentais, mas sem a referência a objetos reais, como é o caso de Abelardo; III) *Realismo*, que em conformidade com o pensamento platônico, afirma a existência real do universal independentemente do conhecimento humano, referido em Anselmo de Aosta; e, IV) *Nominalismo*, negando a existência real das ideias e afirmando serem simples nomes, como geralmente se diz de Ockham (KENNY, 2008).

O nominalismo, de um modo bastante geral e segundo a concepção clássica, defende que os universais são somente nomes e, de modo algum, substâncias concretas. Seria, em outras palavras, o nominalismo a “[...] posição [...] segundo a qual o universal seria puro nome que designa uma multiplicidade de indivíduos” (REALE; ANTISERI, 2007, p. 166).

Ockham, classicamente posto como nominalista por afirmar que universais se resumem a nomes (*flatus vocis*), afirma que é a singularidade predominante sobre o universal, e não o seu oposto. “O que se conhece primeiramente por semelhante conhecimento é a coisa extramental que não é um sinal; ora, toda coisa extramental é singular; logo, etc.” (OCKHAM, 1979, p. 358). Assim, os argumentos de Ockham e sua crítica aos universais não é algo novo, pois desde Aristóteles - ao criticar Platão e suas ideias como entes reais, ao universal como existente em si mesmo e como substância diferente das outras -, já havia essa discussão. Entretanto, Kenny considera Ockham como um dos mais importantes terministas do século XIV, por seu nominalismo e lógica terminista.

Ockham oferece um sistema novo: uma lógica terminista que é nominalista, não realista. Todos os signos, sustentava Ockham, representam coisas individuais, pois não há no mundo coisas como universais para eles representarem. [...] Um universal é uma coisa singular e é universal somente por significação, sendo um signo de muitas coisas (KENNY, 2008, p. 169).

Os universais não seriam essencialmente entes mentais e não teriam existência real, contrariando o pensamento platônico e dos considerados realistas. Seriam meramente nomes. Àquilo considerado como “universal”, Ockham atribui sua universalidade enquanto capacidade de significar muitas coisas. Nas palavras de Ockham, “[...] diga-se, portanto, que todo universal é uma coisa singular, e por isso não há universal senão pela significação, enquanto é sinal de muitas coisas” (OCKHAM, 1979, p. 361). Uma distinção ou divisão é feita por Ockham, quando se faz referência aos universais. Nas palavras de Ockham: “Cumprir saber, entretanto, que há dois tipos de universal. Um é o universal naturalmente [...] e tal universal não é senão intenção da alma. [...]

O outro é universal por instituição voluntária [...], porque é um signo voluntariamente instituído para significar muitas coisas” (OCKHAM, 1999, p. 161). Os primeiros, universais naturais, são ditos *intentio animae*, intenções da alma, e que se referem naturalmente às coisas. Neste sentido, os universais naturais são conceitos mentais. Os universais convencionais são signos, escritos ou falados, estabelecidos por decisão voluntária, postos (*impositio*) para expressar os pensamentos (*intentio*) e coisas diversas que afetam a mente.

Segundo LEITE (2006), há dois elementos teóricos que caracterizam o nominalismo de Ockham. O primeiro é o *Programa de Redução Ontológica*, que se funda em sua ontologia particularista, na qual só podem existir coisas particulares. O segundo, o *Princípio da Parcimônia*⁴, em que se afirma ser desnecessário multiplicar excessivamente entidades reais. O Programa de Redução Ontológica e o Princípio da Parcimônia demonstram a crítica feita tanto à visão do Universal como ente extramental existente, quanto a um ente mental. Se pensar no conceito “cachorro”, predica-se na mente algo como “animal de pelo”, “com quatro patas”, “focinho”, “que late e que é amigo do homem”; mas, mesmo havendo na mente esses termos ou conceitos, pensando em todas as raças de cachorro, porque um signo pode ser representação de diversas coisas, o que é pensado não é referente ao singular cachorro existente e sim a “cachorros”. Ockham utiliza o exemplo do ‘universal’ cavalo: se tal ‘universal’ fosse uma outra substância além de qualquer cavalo que existiu, exista ou possa existir, ao se falar ‘cavalo’ não se faria referência a todos os cavalos, mas, a um único cavalo; se fosse algo interno e existente em cada cavalo, quando um cavalo morresse, consequentemente, por todos estarem ligados pelo mesmo universal, todos também morreriam; e isso, é absurdo. Dessa forma, Ockham utiliza o *Princípio da Parcimônia*, afirmando que é desnecessário multiplicar entidades sem necessidade.

O pensamento de Ockham acerca do debate sobre os universais é que: “[...] [os universais] são simplesmente formas verbais por meio das quais a mente humana estabelece uma série de relações de exclusiva dimensão lógica” (REALE; ANTISERI, 2007, p. 301). Esses conceitos mentais como universais naturais são a condição de qualquer linguagem, mesmo das línguas regionais e específicas - tal linguagem ligada aos conceitos mentais seria a linguagem mental. Essa “[...] contém alguns, mas não todos os aspectos gramaticais estudados pelos modistas. Assim, o Mental contém nomes e verbos, mas não pronomes e partículas” (KENNY, 2008, p. 170). Então, ao se tratar da linguagem mental, supõe-se analiticamente que há proposições mentais e termos mentais. Contudo, antes de se entrar na discussão acerca do caráter sintático e semântico da LC, apresentar-se-á a distinção que o *Venerável Inceptor* adota, segundo seu pensamento, para os termos e proposições em geral.

⁴ O PRO (Programa de Redução Ontológica) e o PP (Princípio da Parcimônia) estão intimamente ligados ao conceito da Navalha de Ockham, ao qual Ockham afirma que “[...] desde que bastam as causas existentes na parte intelectual, em vão se admitem outras causas” (OCKHAM, 1979, p. 355); ou, de outro modo, também se pode dizer que ‘não se deve admitir desnecessariamente a pluralidade, ou em vão se faz por muitas coisas o que se pode fazer por menos’.

PROPOSTA DE OCKHAM: A DIVISÃO DA LINGUAGEM EM MENTAL, FALADA E ESCRITA

No primeiro parágrafo da *Lógica dos Termos*, Ockham apresenta, recorrendo aos comentários de Boécio (sobre o *De Interpretatione*), a divisão da oração, tal qual dos termos, em três modos: escrita, oral e mental. “Cumpro, porém, saber que [...] a oração é tríplice, a saber: escrita, proferida e concebida, tendo [a última] ser somente no intelecto, assim como tríplice é o termo, a saber: escrito, proferido e concebido” (OCKHAM, 1999, p. 119). Da primeira [divisão], termo escrito “[...] é a parte da proposição inscrita em algum corpo [...]” e que pode ser vista pelo “olho corporal”; da segunda, termo proferido ou falado “[...] é a parte da proposição proferida pela boca [...]” e que pode ser ouvida; e, o termo concebido, “[...] é a intenção ou paixão da alma significando ou co-significando naturalmente algo [...]” (OCKHAM, 1999, p. 119). Ao tratar de LC, sempre se tem como objetivo fazer referência à linguagem escrita e falada, porquanto se utiliza LM é para referenciar as “intenções ou paixões da alma”. MICHON (1994) utiliza a expressão “Três linguagens para a verdade” para apresentar a referente tripartição posta por Ockham; afirma, ainda, que é à questão mental que o pensador impõe sua atenção e a problematiza. Dessa forma, é pela natureza semântica, da significação, que Ockham procura fundamentar sua filosofia da linguagem.

Para a LC, retomando o pensamento de Boécio, conforme apresenta MÜLLER (1999) na introdução da *Lógica dos Termos*, Ockham afirma o significado dos termos apenas como uma atribuição voluntária e arbitrária, dependente de conceitos: “[...] não porque as palavras tenham sido inventadas para significar, de modo primordial e principal, os conceitos, mas para designar as coisas das quais os conceitos são signos” (OCKHAM, 1999, p. 30). E a palavra é dependente de conceito e existe para correspondê-lo. Prova-se pelo argumento: se um conceito alterasse seu significado, também a palavra deveria ser alterada. “O conceito não faz conhecer a natureza das coisas, mas a significa para cognoscente, remete-o a ela” (GHISALBERTI, 1997, p. 80).

As palavras proferidas pela boca [e os signos escritos] não representam naturalmente algo e nem tampouco um conceito. O conceito, ou intenção da alma, primariamente significa algo e, a palavra, por imposição, significa e representa o que o conceito naturalmente significa. Em Ockham,

[...] as palavras faladas se impõem para significar aquilo que é significado pelo conceito da mente, de tal sorte que, em primeiro lugar, o conceito significa naturalmente algo e, secundariamente, a palavra falada significa aquilo mesmo [...] (1999, p. 119).

Na *Quaestio 12*, agrupada na *Opera Theologica* de Ockham, no *Livro IX* das *Quodlibet Tertium*, intitulada “Se uma proposição mental é composta pelas coisas ou pelos conceitos”, no artigo segundo, ao tratar que a proposição mental não é formada por coisas extramentais, senão por conceitos, Ockham recorre novamente à autoridade de Boécio e à obra *Comentário ao Livro Perihermenias* para afirmar que a oração possui apenas três partes: na mente, na fala e na escrita.

E como a oração na escrita compõe-se por palavras escritas, a proposição na fala compõe-se por palavras faladas, assim a proposição na mente compõe-se por intelecções, as quais compreendem, segundo seu modo de expressão, as paixões e conceitos que estão na mente (OCKHAM, 1980, p. 247-248)⁵.

A afirmação de Ockham a respeito dos conceitos existentes na mente e que compreendem as intelecções, será discutida em outro ponto. Permanecendo na tríplice divisão dos termos e das proposições, observa-se com Ockham a estrutura sintática das proposições. Ora, ele apresenta a tríplice divisão gramatical dos termos, como escrito, oral ou mental.

Termos incluem não só palavras, escritas ou faladas, como também suas contrapartes mentais, ainda que tenham que ser identificadas. Na prática, conceitos são identificados pelas palavras que o expressam, de modo que o estudo medieval dos termos era essencialmente o estudo do sentido das palavras individuais (KENNY, 2008, p. 154).

Há termos que significam por si próprios e termos que precisam de outro para possuir significado (co-significam). Aos primeiros Ockham chama ‘categoremáticos’ e aos segundos ‘sincategoremáticos’. “Os termos categoremáticos têm significação determinada e certa, assim como o nome ‘homem’ significa todos os homens [...]. Os termos sincategoremáticos, porém, como ‘todos’, ‘nenhum’, ‘algum’ [...] não têm significação definida e certa, nem significam coisas distintas das significadas pelos categoremas” (OCKHAM, 1999, p. 126). Os termos categoremáticos têm significação própria; os sincategoremáticos, sem significação própria, somente complementam e modificam quando ligados aos primeiros. Ockham faz analogia com o numeral “zero”: por si só o ‘zero’ significa ‘nada’, ‘vazio’, ‘sem sentido’; contudo, ao ser acrescido à direita doutro número qualquer, diferente dele, adquire nova significação e supõe por algo diverso de si:

[...] antes, como no cálculo, o zero, posto por si nada significa, mas acrescentando a outras figuras, faz com que signifiquem, assim o sincategorema, propriamente falando, nada significa, mas, acrescentado a outro, faz com que este signifique alguma coisa ou que suponha por alguma coisa ou por algumas coisas de modo definido, ou exerce alguma outra função junto ao categorema (OCKHAM, 1999, p. 126).

Além disso, os substantivos podem ser outro exemplo de termos categoremáticos (por exemplo: casa, cavalo, homem, ...), pois estando em uma proposição são capazes de conduzir o intelecto ao que estão supondo [significando]; as conjunções ou preposições, ao oposto, por exemplo, são tidas como termos sincategoremáticos, pois o que podem fazer é somar, diminuir, negar, ou unir-se ao significado de termos (categoremáticos). Essa análise sintática feita por Ockham é possível pela análise dos termos [caberia também ‘nomes’ para substituir ‘termos’; ambas as definições, aqui, coincidem] (MÜLLER, 1999).

⁵“Et sicut oratio in scripto componitur ex dictionibus scriptis et propositio in voce componitur ex vocibus, ita propositio in mente componitur ex intellectibus, qui intellectus secundum modum suum loquendi, passionibus sunt animae et conceptus”.

Para analisar a linguagem (LM ou LC), o *Venerável Inceptor* vai à raiz dos termos (enquanto nomes) até o ponto em que a noção de ‘signo’ é limitada a ‘termo’, ou seja, na medida em que o signo expresse a função essencial do termo (ponto a ser esclarecido em posterior pesquisa). Contudo, esta investigação foca-se na significação. Destarte, a análise dos termos em seu aspecto sintático é que o possibilita percorrer tal caminho. E, talvez, essa seja a novidade de Ockham e sua filosofia da linguagem: trabalhar a LM não segundo a tradição, mas principalmente por uma questão semântica e técnica.

TEORIA DA SIGNIFICAÇÃO: COMO A LINGUAGEM É SIGNIFICATIVA

Ockham apresenta o termo ‘significar’, no parágrafo 33 da LT, de duas formas, de modo que o signo pode ser tomado, I) como aquilo que “significa algo, quando supõe ou é destinado a supor por aquilo” ou, II) “quando pode supor por aquilo em alguma proposição” (OCKHAM, 1999, p. 208). No primeiro modo, Ockham toma ‘significar’ para designar algo, de modo que o signo supõe por algo ou enquanto afirma denominativamente que um signo se refere a algo, como “Sócrates é Branco”, apontando para Sócrates que é branco. Na segunda acepção, “significar” toma a proposição como algo que carrega valor de verdade, como se dissesse que “É verdade que Sócrates é Branco”. Com respeito ao ‘signo’, segundo ele, pode-se concebê-lo de dois modos: o primeiro, como aquilo que traz algo à mente, meramente em seu caráter representacional; o segundo, como o que traz algo à mente, e pode significar algo, ou seja, é capaz de supor por isto. Na primeira forma de conceber signo, segundo LEITE (2006), há uma forma de ‘significação representativa’ que se refere a tudo aquilo que apreendido torna conhecida outra coisa. Na segunda, há o elemento semântico. Porém, é necessário um conhecimento anterior para que um signo produza na mente um conhecimento diverso do atual. Este conhecimento é um modo de representação, por rememoração de algo já conhecido. Por exemplo: ao ser visto qualquer sinal de fumaça, sabe-se que há fogo. No segundo modo de conceber o signo, há uma ‘significação linguística’, na qual o ‘signo’ coincide com ‘termo’ e possui a função de ‘supor’, ‘estar no lugar de’. Assim, percebe-se uma correlação entre as variações conceituais entre ‘significar’ e ‘signo’.

Se no primeiro modo havia apenas uma atividade representativa, nesta segunda forma de conceber ‘signo’ como ‘termo’ há uma ‘intelecção primária’ um modo de cognição da mente. ‘Intelecção Primária’ é um termo utilizado por LEITE (2006) para expressar essa capacidade ou potência de cognição da mente enquanto capaz de supor algo por meio de um termo em um contexto proposicional. Ockham não foi um nominalista no sentido negativo do termo; seu nominalismo, como já se disse, é visto como um terminismo (KENNY, 2008). Na base da teoria do terminismo, a noção de termo (simples ou composto) coincide com a de signo. O termo simples é colocado como sujeito ou predicado dentro de uma determinada proposição: ‘Sócrates é homem’ - ‘Sócrates’ é o termo sujeito e ‘homem’, o termo predicado, nesse contexto proposicional. Ora, é pressuposto que saibamos quem é ‘Sócrates’ e o que significa o termo ‘homem’ para

tal compreensão. O termo composto, por sua vez, é uma proposição inserida em outra proposição, como: ‘Sócrates é homem é uma proposição’. ‘Sócrates é homem’ aparece como termo sujeito da oração, ao passo que ‘uma proposição’ é seu termo predicado. Em outras palavras, para tal teoria: a menor parte de uma proposição, termo, enquanto capacidade de significação a saber, é de supor por algo.

A suposição equivale para Ockham a ‘estar no lugar de’, porque a “ratio essendi” ou função do termo é a “[...] de ser um sinal que torna presente ou chama à mente os objetos” (GHISALBERTI, 1997, p. 39). De tal modo que as palavras faladas “[...] são signos que significam secundariamente o que pelas paixões da alma é primariamente importado” (OCKHAM, 1999, p. 120). Signos que significam secundariamente são ditos dos ‘universais’ convencionais, criados por imposição arbitrária; signos que significam primariamente são os conceitos universais naturais presentes na mente, ou seja, as próprias intelecções da mente.

O elemento (signo), enquanto parte material da linguagem, é o que Ockham menos se preocupa. Ele não tem meramente uma preocupação material com a língua (na época, o latim), até porque isso caberia aos linguistas⁶. Mas ele pretende demonstrar que a LM existe por causa da LC, enquanto a LC encontra significação na LM. O signo, portanto, encontra valor na visão ockhamiana quando coincide com termo e, em uma proposição, tem a capacidade de ‘significar’. Ockham não foi o primeiro a se ocupar com os problemas acerca da significação linguística. Sem tornar limitada sua análise a uma visão física da natureza dos termos, das proposições ou dos argumentos, Ockham encontrou a importância do significado nos termos, dentro de determinada proposição: I) cada termo é um signo representativo que, como tal, II) possui um sentido dentro do seu contexto proposicional; III) compreendendo sua natureza e seu sentido nesta ‘realidade linguística’ temos acesso ao conteúdo da sua significação e, por conseguinte, IV) conhecimento do conteúdo da proposição.

O valor de verdade de uma proposição escrita ou falada está na sua condição significativa, traço que a vincula com a linguagem mental. Se a linguagem convencional está em conexão/relação com a linguagem mental, então resta compreender *como* todos os atos mentais correspondem a manifestações externas, escritas ou faladas. A primeira e a segunda distinção da linguagem convencional entre fala e escrita, feitas por Ockham, dizem respeito à possibilidade de comunicação, a qual ele não problematiza. A terceira, que diz respeito à proposição concebida, é, conforme Michon (1994), o aspecto semântico da linguagem ao qual Ockham propõe-se dar atenção particular. Há uma relação de composição entre o termo e a proposição, tanto no seu aspecto convencional, quanto no mental. Por isso, o *termo concebido* é descrito como “capaz de ser parte da proposição mental e de por ela supor” (OCKHAM, 1999: 119). Se há um termo mental, no interior de uma proposição, por conseguinte há um argumento do qual essa proposição faz parte e se encontra inserida. Por hora, deduzimos a existência da linguagem mental onde tais argumentos se encontram.

⁶ Contemporaneamente, é possível julgar que essa materialidade da linguagem, diferença entre linguagem e língua (específicas), a visão e apresentação sobre ‘signos’, poderia ser dada pela semiótica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ockham, ao afirmar que é a singularidade que predomina sobre a universalidade, que o que é a coisa ou o indivíduo real, retoma o problema dos universais, mas com uma nova acepção: o universal é termo universal enquanto predicado de muitas coisas. Os universais são apenas significações e, dessa forma, o importante, para Ockham, não foi tratar da sua natureza, senão afirmar que numa proposição o universal tem a capacidade de substituir as coisas que designa, ou seja, o termo em uma proposição tem a capacidade de supor aquilo que faz referência. A importância não se encontra no universal, mas no seu uso no conhecimento. De outro modo, pode-se dizer que o universal é um nome, na proposição um termo, e que pode supor algo e significar muitas coisas. Portanto, para ele, o universal, não é nem um ente mental nem extramental. Por isso, preferiu-se considerar Ockham como um nominalista de cunho terminista.

Há, segundo Ockham, conceitos universais naturais que são ditos conceitos mentais e, diferentemente, há universais que são convencionados a significarem coisas diversas, mas impostos pelos homens. É a partir dessa visão que ele faz sua análise sintática e semântica da linguagem. Ockham, dividindo os termos e a linguagem em mental, escrita e falada e, por conseguinte, a linguagem em LM e LC, afirma e prova a existência de uma linguagem mental.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. Vol. III. 3. ed. Trad.: Armando da Silva Carvalho. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

GHISALBERTI, Alessandro. **Guilherme de Ockham**. Trad.: Luís A. De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GILSON, Étienne. **A filosofia na idade média**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995.

KENNY, Anthony. **Filosofia Medieval**. Vol. II. São Paulo: Loyola, 2008.

LEITE, Pedro. A teoria da conotação de Ockham: uma proposta interpretativa. In: SOUZA, José Antônio de. **Idade Média: tempo do mundo, tempo dos homens, tempo de Deus**. Porto Alegre: EST, 2006.

MICHON, Cyrille. **Nominalisme: la théorie de la signification d'Occam**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

MÜLLER, Paola. Introdução. In: OCKHAM, Guilherme de. **Lógica dos termos**. Trad.: Fernando Pio de Almeida Fleck. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

OCKHAM, Guillelmi de. Quaestio 12. In: **I Quodlibeta Septem**. Opera Omnia. Editado por Joseph C. Wey. New York: St. Bonaventure University Press, 1980.

OCKHAM, William of. **Seleção de Obras**. Trad. Carlos L. de Matos. Col. Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Lógica dos termos**. Trad.: Fernando Pio de Almeida Fleck. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PORFÍRIO. **Isagoge**. Coleção Filosofia e Ensaios. Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SPADE, Paul. **Ockham**. Edited by Paul Vicent Spade. New York: Ed. Cambridge University Press, 1999.